

# SUMÁRIO

## **1. A SEGURANÇA JURÍDICA DOS DOCUMENTOS ESTRANGEIROS E SEU INGRESSO NOS REGISTROS PÚBLICOS..... 31**

*Monalize Réus Serafim*

1. Introdução .....	31
2. Digressão histórico legislativa sobre os traslados de registros originários em território nacional e no exterior .....	32
3. Dos atos registrais .....	36
3.1. Dos atos originados em Território Nacional.....	36
3.2. Dos atos originados do Exterior .....	36
3.3. Dos documentos estrangeiros apresentados no Registro Civil .....	39
3.3.1. Do procedimento específico para o traslado de nascimento, casamento e óbito .....	43
3.4. Dos atos modificativos e informativos dos registros estrangeiros	48
3.5. Apresentação de Documentos estrangeiros para habilitação de casamento .....	49
4. Da segurança jurídica .....	51
4.1. Da segurança e validade dos documentos estrangeiros no Brasil .	52
4.1.1. Legalização Consular .....	53
4.1.2. Apostila de Haia .....	54
4.1.3. Tradução Juramentada.....	60
4.2. Dos dados faltantes .....	62
5. Considerações finais.....	64
Referências .....	66

## **2. EVOLUÇÃO, CONCEITO E HIPÓTESES DE ALTERAÇÃO DO NOME DA PESSOA NATURAL ..... 69**

*Carina Goulart da Silva*

Introdução.....	69
1. O nome na evolução do direito civil brasileiro.....	70
2. Natureza jurídica do nome .....	78

3.	Elementos constitutivos do nome .....	81
3.1.	Obrigatoriedade.....	82
3.2.	Inalienabilidade .....	82
3.3.	Inacessibilidade .....	83
3.4.	Intransmissibilidade a herdeiros .....	83
3.5.	Inexpropriabilidade .....	83
3.6.	Inestimabilidade pecuniária.....	83
3.7.	Irrenunciabilidade .....	83
3.8.	Imutabilidade .....	84
3.9.	Imprescindibilidade .....	84
3.10.	Exclusividade .....	84
3.11.	Absoluto .....	84
4.	Hipóteses permissivas de alteração do nome civil.....	86
4.1.	Mudança de sexo .....	88
4.2.	Exposição ao ridículo .....	90
4.3.	Opção no primeiro ano após atingida a maioridade.....	91
4.4.	Substituição por apelido público notório .....	92
4.5.	Reconhecimento de filho .....	93
4.6.	Adoção .....	94
4.7.	Inclusão de nome de padrasto / madrasta.....	95
4.8.	Casamento, separação, divórcio e união estável.....	95
4.9.	Proteção às testemunhas e às vítimas.....	98
4.10.	Alteração do nome por estrangeiro.....	98
4.11.	Erro gráfico .....	99
	Conclusões.....	101
	Referências Bibliográficas.....	101

### **3. IDADE: FATOR DE DIREITO OU DE DESIGUALDADE (?)..... 103**

*Marcia Rosalia Schwarzer*

1.	Introdução .....	103
2.	Legislação Protetiva Internacional e Nacional.....	104
2.1.	Breves considerações sobre a legislação luso brasileira.....	104
2.2.	A Declaração Universal dos Direitos do Homem.....	105
2.3.	Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa e na Constituição Brasileira.....	107

3. Idade: Fonte de Direito x Fonte de Desigualdade .....	111
4. Dos Direitos da Pessoa Idosa .....	114
5. Limitação e Direito do Idoso .....	117
6. Conclusão .....	122
Referências Bibliográficas .....	123

#### **4. AS MODIFICAÇÕES TRADICIONAIS DO NOME E AS FORMAS INOVADORAS TRAZIDAS PELA JURISPRUDÊNCIA ..... 125**

*Carolina Almeida Vita*

Introdução.....	125
1. Panorama Jurídico e Social do Nome .....	126
1.1. Direito ao Nome .....	126
1.2. Natureza Jurídica do Nome .....	128
1.3. Princípio da Imutabilidade do Nome .....	133
1.4. Importância do Registro Civil das Pessoas Naturais.....	135
2. Modificações Tradicionais do Nome e as Formas Inovadoras Trazidas pela Jurisprudência.....	137
2.1. As Alterações Legais .....	137
2.1.1. Correção de Erro de Fácil Constatação .....	137
2.1.2. Coação ou Ameaça Decorrente da Colaboração na Apuração de Crime .....	138
2.1.3. Prenome Suscetível de Exposição ao Ridículo.....	139
2.1.4. Acréscimo de Apelido Público Notório .....	140
2.1.5. Adoção.....	141
2.1.6. Casamento .....	142
2.1.7. Divórcio.....	147
2.1.8. No Primeiro Ano Após Atingir a Maioridade Civil .....	148
2.1.9. Inclusão do Patronímico do Padrasto ou Madrasta .....	151
2.2. Alterações Trazidas pela Jurisprudência .....	152
2.2.1. União Estável.....	152
2.2.2. Transexualismo .....	154
2.2.3. Socioafetividade .....	159
3. Conclusão .....	160
Referências .....	161

## **5. DA (IM)POSSIBILIDADE DA INSERÇÃO DO PATRONÍMICO MATERNO POR VIA ADMINISTRATIVA ..... 165**

*Roberta Corrêa Vaz de Mello*

Introdução .....	165
1. O nome .....	166
2. Função e composição do patronímico familiar .....	168
3. Princípio da imutabilidade e a alteração do nome civil .....	173
4. Mecanismo de modificação do nome: retificação, mudança e alteração do patronímico familiar .....	176
5. A Retificação Administrativa do registro civil no contexto da desjudicialização dos conflitos.....	177
5.1. A função pública e social exercida pelo registradores e a sua aptidão para desjudicialização dos conflitos.....	178
5.2. Registro Civil de Pessoas Naturais e a desjudicialização dos conflitos...	180
6. A retificação administrativa nos termos do art. 110 da LRP .....	183
7. Da (im)possibilidade de inserção do patronímico materno nos termos do art. 110 da LRP .....	186
Conclusão .....	191
Bibliografia .....	192

## **6. DESBIOLOGIZAÇÃO DA PATERNIDADE NO DIREITO BRASILEIRO ..... 195**

*Luciana Martinha Hardman da Silva*

Introdução.....	195
1. Conceito de família.....	196
2. Entidades familiares.....	197
2.1. Critério biológico.....	199
2.2. Filiação registral.....	199
2.3. Homoparentalidade .....	199
2.4. Socioafetividade.....	201
2.5. Multiparentalidade.....	203
3. Princípios aplicados .....	205
3.1. Princípio da dignidade da pessoa humana .....	205
3.2. Princípio da afetividade .....	206
3.3. Princípio implícito da busca da felicidade.....	207

3.4. Princípio da igualdade de filiação .....	209
4. Aspectos jurídicos relevantes.....	209
4.1. Repercussão geral da multiparentalidade .....	212
5. Provimento 63 do Conselho Nacional de Justiça.....	212
6. Conclusão .....	213
Referências .....	215

## **7. A RELAÇÃO PATERNO-FILIAL DETERMINADA PELA SOCIOAFETIVIDADE E O SEU RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL..... 217**

*Anderson Mascarenhas Santos*

Intróito.....	217
1. Família .....	218
1.1. Conceitos, características e espécies .....	218
1.2. Princípios aplicáveis à família .....	222
2. Filiação.....	227
2.1. Definição .....	227
2.2. Os critérios do vínculo parental, as formas de reconhecimento e seus efeitos.....	230
3. Paternidade socioafetiva .....	233
3.2. O reconhecimento extrajudicial.....	237
Considerações finais.....	240
Referências .....	241

## **8. A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA PRESUNÇÃO DE PATERNIDADE DO CASAMENTO À UNIÃO ESTÁVEL ..... 243**

*Fabiane Santos da Silva*

Introdução.....	243
1. Breve relato sobre a evolução das entidades familiares no ordenamento jurídico brasileiro.....	246
1.1. Casamento: conceito e natureza jurídica .....	250
1.2. União estável: conceito e natureza jurídica. ....	252
2. Reconhecimento de filhos e as entidades familiares.....	254
2.1. Reconhecimento de Filho: conceito e formas .....	254
2.2. Reconhecimento de Filho pela presunção atribuída ao Casamento..	255

5. Breve comparação com o Direito Chileno no que tange à presunção de paternidade aplicada à união estável.....	263
Considerações finais.....	264
Referências bibliográficas.....	269

**9. REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA: A RELATIVIZAÇÃO DA PRESUNÇÃO ABSOLUTA DE MATERNIDADE E SEU REFLEXO NO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS ..... 271**

*Tatiane Keunecke Brochado*

1. Considerações iniciais.....	271
2. A filiação e a presunção de maternidade e paternidade no Código Civil de 2002.....	272
2.1. Filiação e planejamento familiar.....	272
2.2. Presunções de paternidade e maternidade.....	276
2.2.1. Filhos nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal.....	281
2.2.2. Filhos nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal.....	281
2.2.3. Filhos havidos por fecundação artificial homóloga.....	282
2.2.4. Filhos havidos, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga.....	283
2.2.5. Filhos havidos por inseminação artificial heteróloga.....	283
3. A reprodução humana assistida e a relativização da presunção absoluta de maternidade.....	285
4. Reflexos no registro civil das pessoas naturais.....	289
4.1. Provimento n. 52/2016 do Conselho Nacional de Justiça.....	289
4.2. Provimento n. 63/2017 do Conselho Nacional de Justiça.....	291
5. Considerações finais.....	294
6. Referências.....	294

**10. GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO E REGISTRO DE NASCIMENTO DO FILHO: COMENTÁRIOS À SOLUÇÃO PREVISTA NO PROVIMENTO Nº 63/2017 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ..... 297**

*Carina Goulart da Silva Guilherme Augusto Faccenda  
e Maria Cláudia Crespo Brauner*

Introdução.....	297
-----------------	-----

1. O registro de nascimento como instrumento para o exercício da cidadania.....	299
2. A determinação da maternidade na gestação de substituição: proteção dos interesses da criança .....	301
3. O reconhecimento da gestação de substituição no Brasil.....	302
3.1. Requisitos e limitações à gestação de substituição no Brasil .....	305
3.2. Principais preocupações acerca da gestação por substituição .....	308
Considerações finais.....	311
Referências bibliográficas .....	312

## **11. O RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE/MATERNIDADE POST MORTEM EXTRAJUDICIAL NO DIREITO BRASILEIRO..... 315**

*Luís Henrique Bolso*

Introdução.....	315
1. Filiação – breves linhas .....	316
1.1. Aspectos históricos.....	317
1.2. Os critérios para estabelecimento da filiação .....	320
2. Reconhecimento dos filhos.....	324
3. Reconhecimento dos filhos e as normativas estaduais .....	326
4. O reconhecimento de filhos e o Provimento 63 do CNJ – o reconhecimento de filiação socioafetiva .....	330
5. O reconhecimento de paternidade <i>post mortem</i> .....	333
5.3. O reconhecimento de paternidade <i>post mortem</i> extrajudicial .....	334
5.2. A posição do STJ.....	336
6. O Projeto de Lei 6.939/10 - A.....	338
Considerações finais .....	340
Referências bibliográficas .....	340

## **12. MUDANÇA DE PRENOME POR FORÇA DO PROVIMENTO N. 73 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) E O REGISTRO DE IMÓVEIS – PRIVACIDADE DECORRENTE DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE X PUBLICIDADE DO DIREITO REGISTRAL IMOBILIÁRIO ..... 343**

*Gustavo Faria Pereira*

1. Introdução .....	343
2. Publicidade registral e seu conteúdo .....	348

3. Solução prática.....	349
Considerações finais.....	351
Referências bibliográficas .....	351

### **13. O DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO INSTRUMENTO DE DIGNIDADE HUMANA DO TRANSEXUAL..... 353**

*Camila Cristina Viel*

Introdução.....	353
1. Direito ao esquecimento.....	354
2. Natureza jurídica do direito ao esquecimento.....	356
3. A honra.....	357
4. Direito à vida privada.....	358
5. Identidade pessoal.....	360
6. Liberdade de expressão <i>versus</i> direitos da personalidade .....	361
7. Google <i>versus</i> Mario Costeja González.....	362
8. O regulamento geral de proteção de dados da União Europeia – 2016/679.....	364
9. Transexualidade.....	365
10. Alteração do sexo e do prenome como requisitos para o esquecimento do passado do transexual .....	368
11. O direito ao esquecimento no ciberespaço após a alteração do registro civil do transexual.....	369
Conclusão .....	371
Referências .....	372

### **14. A AVERBAÇÃO E A RETIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA: DESJUDICIALIZAÇÃO NO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS PELA LEI Nº 13.484/2017 ..... 375**

*Letícia Franco Maculan Assumpção*

Introdução.....	375
1. A averbação e a retificação no registro civil das pessoas naturais.....	376
2. O procedimento de averbação e de retificação de registro antes e depois da nova Lei nº 13.484/2017 .....	378
2.1. Quanto à averbação:.....	379
2.2. Quanto à retificação administrativa:.....	379

3.	Cautelas após a Lei nº 13.484/2017 .....	380
3.1.	O procedimento de dúvida registral .....	381
4.	A relação de atos passíveis de correção na via administrativa .....	383
4.1.	Os erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção .....	383
4.2.	Os erros na transposição de elementos constantes de ordens e mandados .....	385
4.3.	A inexatidão da ordem cronológica e sucessiva referente à numeração do livro, da folha, da página, do termo, bem como da data do registro .....	385
4.4.	A ausência de indicação do Município relativo ao nascimento ou naturalidade do registrado, nas hipóteses em que existir descrição precisa do endereço do local do nascimento .....	385
4.5.	A elevação de Distrito a Município ou alteração de suas nomenclaturas por força de lei: sobre esse dado específico.....	385
5.	Quem pode requerer a averbação e a retificação do registro.....	385
5.1.	Averbação:.....	385
5.2.	Retificação.....	386
5.3.	O que se entende por “interessado” .....	386
6.	Os documentos exigidos para retificação do registro.....	386
6.1.	da certidão do seu próprio Cartório na qual consta o erro.....	387
6.2.	Da certidão ou de outro documento legal e autêntico que demonstre a incorreção.....	387
7.	A cobrança de emolumentos nos atos de retificação administrativa.....	387
7.1.	Como proceder quando não há hipótese de gratuidade prevista em lei, mas o interessado na averbação ou retificação é pobre e não pode arcar com o pagamento do procedimento .....	388
8.	Existe faculdade para o interessado optar entre o procedimento judicial e o administrativo? .....	389
9.	Sugestões de requerimentos de retificação e averbação para uniformização dos procedimentos.....	390
9.1.	Sugestão de requerimento de retificação quando tiver havido erro do cartório.....	390
9.2.	Sugestão de requerimento de retificação quando tiver havido erro do declarante do registro.....	391
9.3.	Sugestão de requerimento de averbação.....	391

10. Sugestões de manifestação do oficial no processo administrativo de retificação ou averbação para uniformização dos procedimentos.....	392
10.1. Deferimento do pedido.....	392
10.2. Solicitação de outros documentos.....	392
10.3. Indeferimento do pedido.....	392
10.4. Remessa ao MP por suspeita.....	393
11. Sugestões de texto para o livro.....	393
11.1. Retificação.....	393
11.2. Averbação.....	393
Conclusão.....	393
Bibliografia.....	395

## **15. RESTAURAÇÃO E SUPRIMENTO DE ASSENTAMENTO NO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS..... 397**

*Inês Virgínia Resende Dosea*

Introdução: Importância, conceito e limitação.....	397
1. Restauração de assentamento.....	401
1.1. Restauração judicial.....	402
1.2. Restauração administrativa.....	405
2. Suprimento de assentamento.....	411
2.1. Suprimento judicial.....	411
2.2. Suprimento administrativo.....	412
2.3. Suprimento de assentamento x registro tardio.....	418
Considerações finais.....	422
Referências Bibliográficas.....	423
ANEXO: Normas estaduais referentes a restauração e suprimento de assentamento de Registro Civil.....	426

## **16. O CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE EM SEDE DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS REPETITIVOS E SEUS EFEITOS PERANTE OS NOTÁRIOS E REGISTRADORES..... 435**

*Ana Clara Amaral Arantes Boczar*

Introdução.....	435
1. O Controle Difuso de Constitucionalidade no STF.....	437
1.1. Pressupostos e Características.....	438

1.2. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade.....	444
1.3. Formas de produzir efeitos erga omnes e vinculantes .....	447
1.3.1. Resolução do Senado Federal – artigo 52, X, CF/88.....	447
1.3.2. Súmula Vinculante .....	449
1.4. Teoria da abstrativização do controle difuso.....	453
1.4.1. Conceito e Fundamentos.....	453
1.4.2. Críticas .....	456
2. Os recursos extraordinários repetitivos no CPC/15.....	458
2.1. Procedimento.....	460
2.2. Efeitos.....	461
3. As decisões do STF em controle difuso de constitucionalidade nos re- cursos extraordinários repetitivos.....	464
3.1. Caso prático: a equiparação dos regimes sucessórios dos cônju- ges e companheiros nos RE 646.721/RS e RE 878.694/MG .....	464
3.1.1. Modulação dos efeitos pelo STF.....	467
3.2. Efeitos dessas decisões perante os notários e registradores .....	469
3.2.1. Da não aplicação dos efeitos.....	469
3.2.2. Da aplicação dos efeitos.....	474
3.2.3. Ato normativo do órgão regulador .....	482
Conclusão .....	484
Referências .....	486

## **17. UNIÃO DE FACTO X UNIÃO ESTÁVEL – UM PARALELO ENTRE O INSTITUTO PORTUGUÊS E O BRASILEIRO .....**

*Louise Teixeira Feitosa Barroso Soares e Monalize Réus Serafim*

Introdução.....	491
1. A Evolução Da Entidade Familiar.....	492
1.1. Modelos de Família.....	494
2. Histórico Legislativo .....	496
3. Convivência Afetiva.....	500
4. Da União Estável x União De Facto.....	501
4.1. Requisitos .....	503
4.1.1. Prazo .....	503
4.1.2. Impedimentos.....	504

4.1.3. Coabitação .....	505
4.2. Deveres .....	505
4.3. Prova.....	507
4.4. Filiação.....	509
4.5. Relações patrimoniais.....	510
4.6. Dissolução .....	513
4.7. Quadro Comparativo.....	516
Considerações Finais.....	516
Referências Bibliográficas.....	517

## **18. ADOÇÃO E CASAMENTO: A IMPORTÂNCIA DA CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR..... 519**

*Leonardo Campos Almada*

1. Introdução .....	519
2. Adoção: conceito e natureza jurídica.....	520
3. Evolução legislativa do instituto jurídico da adoção no Brasil.....	521
3.1. Ordenações Filipinas .....	521
3.2. Código Civil de 1916.....	521
3.3. Lei 3.133/1957 .....	523
3.4. Lei 4.655/1965 .....	523
3.5. Lei 6.667/1979 .....	524
3.6. Constituição de 1988.....	525
3.7. Estatuto da Criança e do Adolescente .....	526
3.8. Código Civil de 2002 .....	527
3.9. Lei 12.010/2009.....	528
4. A disciplina atual da adoção e o procedimento a ser realizado no registro público de pessoas naturais.....	529
5. A disciplina jurídica da certidão de registro no caso de adoção .....	530
6. Do procedimento de casamento e da necessidade de se fornecer, quando do requerimento inicial, certidão de nascimento na modalidade inteiro teor.....	531
6.1. Disciplina geral.....	531
6.2. Atribuição territorial para o processo de habilitação .....	533
6.3. Petição inicial para requerer a habilitação para casamento.....	533

## SUMÁRIO

6.4. Procedimento da habilitação para casamento.....	536
6.5. Celebração do casamento .....	537
6.6. Registro do casamento.....	538
7. Da necessidade de se requerer certidão de nascimento na modalidade de inteiro teor quando do requerimento para habilitação de casamento .....	538
Considerações finais .....	541
Referências .....	543